



Supervisão, Direito ao Silêncio e Legalidade da Prova

JORGE DE FIGUEIREDO DIAS MANUEL DA COSTA ANDRADE FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO







Resumo de Supervisao, Direito Ao Silencio E Legalidade Da Prova

A presente obra reune dois pareceres, autonomos mas com o mesmo objeto, elaborados em Abril de 2008, em resposta a uma consulta que nos foi dirigida pela Comissao do Mercado de Valores Mobiliarios no ambito de um recurso interposto num processo de contra-ordenacao da sua competencia.

Os temas envolvidos - poderes de supervisao no setor financeiro, procedimento contra-ordenacional, constituicao de arguido, direito ao silencio, deveres de colaboracao das entidades supervisionadas, instrucao do processo e proibicoes de prova - tem sido em boa parte objeto de atencao e estudo na nossa atividade academica, em textos publicados ou em conferencias proferidas em diversos contextos.

O que, por si, garante uma linha de congruencia cientifica e de identificacao com as conclusoes que se atingiram em cada um dos pareceres. O cruzamento de todos estes temas num texto em que se analisam os diversos problemas com unidade e sentido normativo e, no entanto, unico e tambem por isso se justifica a presente publicacao.

Por outro lado, o interesse que os pareceres suscitaram em diversos sectores — da academia a advocacia, das entidades reguladoras as magistraturas — motivou igualmente a sua divulgacao que agora se submete a um universo mais alargado de interlocutores.

INDICE Nota previa PODERES DE SUPERVISAO, DIREITO AO SILENCIO E PROVAS PROIBIDAS (Parecer) Jorge Figueiredo Dias e Manuel da Costa Andrade Consulta I. A integral observancia por parte da CMVM do regime legal de supervisao II.

A inexistencia de meios enganosos de obtencao de prova III. Principio da presuncao de inocencia, direito ao silencio e direito a nao auto-incriminacao IV. O momento de constituicao de arguido em processo de contra-ordenacao Conclusoes SUPERVISAO DO MERCADO,

LEGALIDADE DA PROVA E DIREITO DE DEFESA EM PROCESSO DE CONTRA-ORDENACAO (Parecer) Frederico de Lacerda da Costa Pinto Consulta Introducao I.

Supervisao, dever de colaboração e direito de defesa II. Legalidade, provas proibidas e efeito-a-distancia na fase de julgamento Resposta a consulta NOTAS BIOGRAFICAS DOS AUTORES

Acesse aqui a versão completa deste livro